

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15, de 1999

Publique-se	Inclua-se em
pauta	por <u>cinco</u> sessões
<u>19, agosto, 99</u>	
Vanderlei Macris - Presidente	

Altera incisos do Artigo 5º, da Lei Complementar 494, de 24 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a instituição de classes policiais no Quadro da Secretaria da Segurança Pública.

FLS. N.º <u>01</u>
RGL. <u>5116</u>
PROTOCOLO LEGISLATIVO

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Art. 1º - O artigo 5º. Da Lei Complementar nº 494, de 24 de dezembro de 1986 passa a vigorar com os seguintes incisos:

“Artigo 5º.....

I- certificado de conclusão de segundo grau ou equivalente, para as séries de classes de:

- a) Escrivão de Polícia;
- b) Investigador de Polícia;
- c) Agente de Telecomunicações Policial;
- d) Fotógrafo Técnico-Pericial;
- e) Auxiliar de Necrópsia;
- f) Papiloscopista Policial;
- g) Carcereiro;
- h) Agente Policial;
- i) Atendente de Necrotério Policial;
- j) Auxiliar de Papiloscopista Policial.

II- diploma de nível universitário ou habilitação legal, compatível com as atribuições próprias do cargo, para série de classes de Perito Criminal.

Art. 2º- Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

SERVIÇO DE REGISTRO E PROTOCOLO LEGISLATIVO
R.G.L. <u>5116</u> de <u>20/8/99</u>
Atualizado com <u>7</u> folhas
Ass. _____

FLS. N.º
RGL 8116
PROTOCOLO LEGISLATIVO

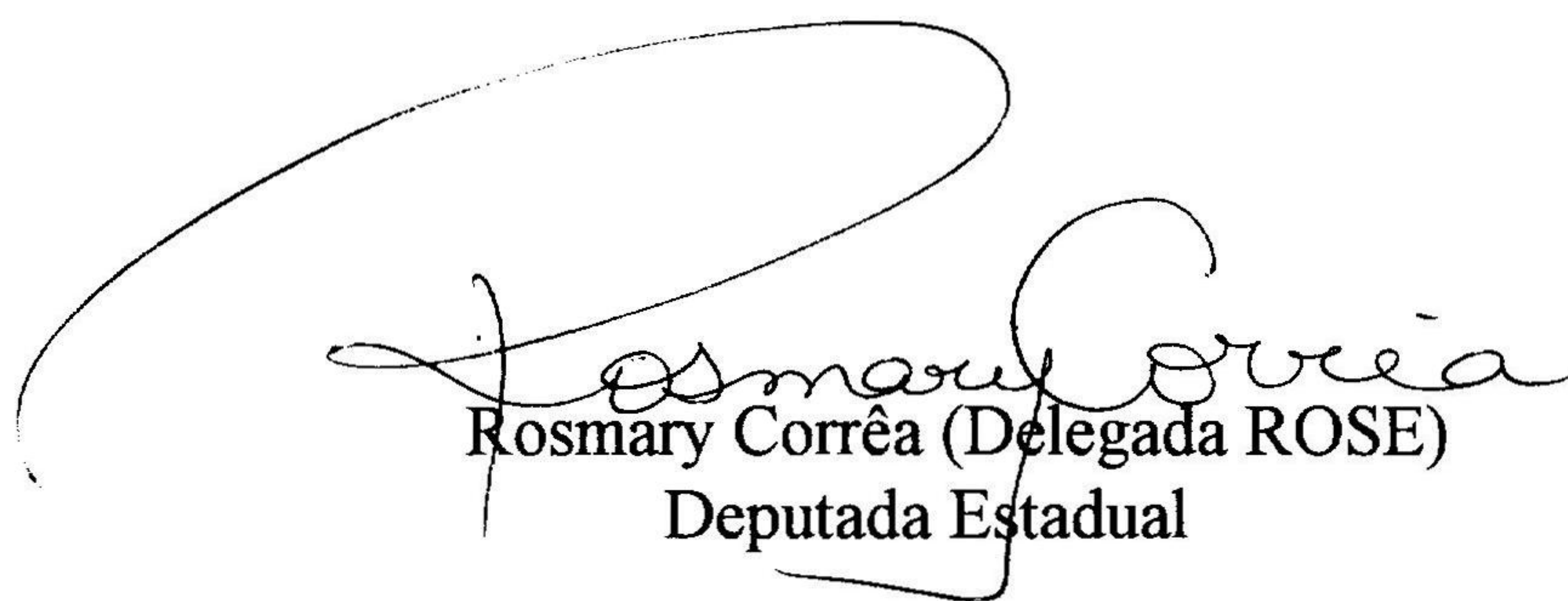
Visa a presente propositura o aperfeiçoamento do corpo funcional da Polícia Civil de São Paulo, que mesmo nos cargos citados executam serviços de investigadores, escrivães e outros, uma vez que fazem plantões, escolta de presos e outras tarefas que exigem, para seu fiel cumprimento, uma maior escolaridade.

O Governo de Estado vem, por meio de várias medidas, procurando melhorar a qualidade dos serviços prestados pela polícia Militar e Civil à população. Neste sentido foi baixado o decreto nº 42.053, de 05 de agosto de 1997, que altera o nível de escolaridade para o ingresso na Polícia Militar, tornando obrigatório a apresentação de Certificado de conclusão do segundo grau ou equivalente.

Temos ainda que a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo recebe centenas reclamações quanto a qualidade no atendimento e denúncias de abuso de autoridade, espancamento, tortura, agressão, prevaricação etc..., envolvendo policiais militares e civis.

Acreditamos que com a elevação do nível escolar o número de denúncias cairá vertiginosamente, pois o policial estará melhor preparado para atender a população.

Assim, com a aprovação do presente projeto estaríamos colaborando para que a população encontre na Polícia Civil pessoas ainda mais qualificadas, na prestação do serviço público, que é a função dos Órgãos Constituídos.


 Rosmary Corrêa (Delegada ROSE)
 Deputada Estadual

Serviço de Suporte e Conferência Esta proposição contém / assinaturas SSC. 18, 8 / 1997 _____ Conferência	Divisão de Ordenamento Legislativo Serviço de Processo Legislativo 8 Publicado no "DIÁRIO OFICIAL" de 20-08-97 _____
--	--

Folha 8
Proc. 5116

Nos termos do item 3, parágrafo único do artigo 148, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 88ª a 92ª Sessões Ordinárias (de 23 a 27/08/99), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

DOL, 27/08/99